

# ORDEM DESUNIDA: MILITARES E POLITICA NO GOVERNO BOLSONARO

João Roberto Martins Filho<sup>1</sup>

A cena é de uma cerimônia da Brigada de Paraquedistas, no Rio de Janeiro, e ocorreu em fins de novembro de 2018. Jair Messias Bolsonaro comparece pela primeira vez como presidente eleito a um evento festivo num quartel. Enquanto a tropa real perfila-se ao lado da pista e entoa o hino da unidade de elite do Exército, o ex-capitão paraquedista coloca-se à frente de um conjunto heterogêneo, formado por paisanos, fardados e oficiais reformados de todas as idades, antecedido por dois oficiais mais velhos, um em cadeira de rodas e o outro de muleta. É dada a ordem, e a parada sai, o futuro mandatário no comando, seguido alguns palmos atrás por dois generais, seus futuros ministros da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O orgulho dos militares presentes é visível. Depois de sua posse, Bolsonaro iria a eventos festivos dessa natureza outras dezesseis vezes, mais de um terço do total das cerimônias oficiais a que compareceu, dentro e fora do Palácio, no primeiro semestre de seu governo.<sup>2</sup>

A imagem serviu de abertura para um documentário da TV alemã ZDF, *Das Neuen Brasilien. Rechtsruck unter Bolsonaro* (O novo Brasil. Virada à direita sob Bolsonaro), exibido a 6 de junho de 2019. Procurava resumir a ideia central da matéria: desde a posse de Bolsonaro, a depender da vontade do governo, o Brasil marcharia em ordem unida rumo a seu passado militar. O desfile, digno da abertura de uma opereta, pode também servir como introdução para este artigo, cujo objetivo é fazer uma análise de conjuntura dos primeiros 200 dias do governo Bolsonaro em suas relações com os militares. Como nas paradas da nova era, a ordem não foi tão unida.

### *Dramatis personae*

Já nas primeiras três semanas de seu governo, o presidente Jair Bolsonaro tinha povoado o Palácio do Planalto e a Esplanada dos Ministérios com oficiais das Forças Armadas, a ampla maioria da reserva.<sup>3</sup> No final do segundo mês, havia mais de uma centena de militares nos vários escalões da administração. No quadro publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no começo de março, nos cargos abaixo do *status* de ministro, havia 52 oficiais do Exército, 16 da Marinha e 13 da FAB.<sup>4</sup>

No entanto, o núcleo que passou a simbolizar o “aprofundamento da participação castrense no sistema político”, para usar a expressão de Samuel Alves Soares, era formado pelos generais que trabalhavam ao lado do presidente no Palácio do Planalto.<sup>5</sup> Eram eles: o chefe do GSI, Augusto Heleno Ribeiro Pereira (que nomeou como seu assessor especial o ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas), o titular da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, o porta-voz da Presidência da República, Otavio Rêgo Barros, além do vice-presidente, Hamilton Mourão. A esses veio juntar-se, com a queda do ex-deputado Bebianno, na Secretaria-Geral da Presidência, a 18 de fevereiro, o general Floriano Peixoto, até então secretário executivo da pasta. Esse grupo de oficiais-generais, todos da reserva, com exceção de Rêgo Barros, formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), como aspirantes a oficiais, no período do governo do presidente Geisel, entre 1974 e 1978, inclusive o próprio Bolsonaro. É o caso também do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e do titular da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, Maynard Santa Rosa. A única exceção é Heleno, decano do grupo, que recebeu a espada de aspirante a oficial em 1969.

Embora logo tenha se firmado a visão de que os militares, acostumados à hierarquia e à disciplina, constituiriam uma espécie de usina de moderação e sensatez num governo que se apresentou desde seu início como de confrontação,<sup>6</sup> alguns componentes do núcleo militar da nova administração

tinham uma folha corrida de indisciplina e desrespeito à hierarquia. Começamos pelo general Heleno. A 16 de abril de 2008, no segundo governo Lula (2007-2010), no bojo da crise da demarcação da reserva Raposa do Sol, em Roraima, falando em evento no Clube Militar do Rio de Janeiro, o então comandante militar da Amazônia atacou frontalmente a política indigenista, considerando-a “lamentável, para não dizer caótica”. Dizendo expressar as posições do Estado-Maior do Exército, definiu este último como “um órgão que serve ao Estado brasileiro, e não serve ao governo”. Diante desse claro ato de insubordinação, o presidente da República limitou-se a instruir o ministro Nelson Jobim a convocar o general para explicações, na presença do general Enzo Peri, comandante do Exército.<sup>7</sup>

Já durante a crise que marcou o segundo mandato de Dilma Rousseff, o general Hamilton Mourão, à época comandante militar do Sul, disse em palestra pronunciada no Rio Grande do Sul, referindo-se ao eventual afastamento da presidente da República, que “a vantagem da mudança seria o descarte da incompetência, da má gestão e da corrupção”. Um mês depois, foi exonerado do comando, por decisão do ministro da Defesa, Aldo Rebelo, e do comandante do Exército, general Villas Bôas.<sup>8</sup>

Depois do afastamento de Dilma, já no governo Temer, Mourão, agora secretário de Finanças do Exército, admitiu a possibilidade de os militares terem de impor uma “intervenção constitucional”, e que essa “imposição” não seria fácil. O prestígio do general no Exército e o avanço da inquietação nos quartéis parece ter impedido que o ministro da Defesa Raul Jungmann tentasse agir como seu antecessor.<sup>9</sup> Mas uma nova fala do general em dezembro de 2017, na qual qualificou o presidente da República, alvo de acusações de corrupção, como o agente de um “balcão de negócios” para se equilibrar no poder, levou o comando do Exército apenas a movê-lo para o cargo de adido da Secretaria-Geral daquela força.<sup>10</sup> O futuro vice passou para a reserva em março de 2018, quando já se aproximara decididamente da candidatura de Bolsonaro. A partir desses eventos, tanto Heleno como Mourão parecem ter guardado profundo ressentimento dos dois presidentes do Partido dos Trabalhadores que ocuparam o poder de 2003 a 2016. Mourão foi um dos principais articuladores do apoio da cúpula militar à candidatura do ex-capitão do Exército.<sup>11</sup>

Há outros casos de membros do novo governo com currículo de insubordinação. Em fevereiro de 2010, no final do período Lula, na gestão de Nelson Jobim à frente do Ministério da Defesa (MD), o general Maynard Santa Rosa foi demitido da chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército por ordem do presidente Lula por ter criticado, em nota que circulou na internet e foi publicada na imprensa, a ideia de criação da Comissão Nacional

da Verdade: “Confiar a busca da verdade a fanáticos é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa”, disse o general. A exoneração foi considerada “a mais importante afirmação política do Ministério da Defesa desde sua criação”.<sup>12</sup>

Dos outros generais citados, não encontramos histórico de desafio ao poder civil. Mas há indícios de que sua nomeação foi reforçada pela participação na chefia de uma bem orquestrada mobilização a favor de Bolsonaro durante a campanha eleitoral, cujo alvo foram os militares da ativa e da reserva, além de oficiais das polícias militares estaduais. O general que substituiu Mourão no comando Sul, Edson Leal Pujol, foi escolhido comandante do Exército pelo presidente Bolsonaro. Trata-se de um oficial que ostenta a “tríplice coroa”, primeiro da turma de cavalaria na Aman, na Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme).

Mas o que interessa aqui é a forma como uma página de internet ligada ao meio militar e à indústria de Defesa o caracterizou, por ocasião da divulgação de sua nomeação:

Diferentemente de outros generais, que passaram a se manifestar publicamente de forma regular, sobretudo pelas redes sociais, Pujol tem se mantido longe das mídias digitais. Outra diferença importante é o seu distanciamento do *establishment* político.<sup>13</sup>

Vale dizer, o que deveria ser a regra – a neutralidade diante das instituições políticas – passou a ser exceção.

## **A marcha para o Planalto**

Há hoje entre os estudiosos do meio militar dois consensos sobre a trajetória que levou as Forças Armadas, principalmente o Exército, a se associarem tão diretamente à candidatura e depois ao governo Bolsonaro. O primeiro é que foi relativamente surpreendente o protagonismo do comandante dessa força, o general Villas Bôas, especialmente num momento de sua vida em que enfrentava grave doença degenerativa. A surpresa adviria da moderação e sensatez que até aí vinham marcando a gestão do general. O segundo consenso diz respeito à constatação de que o marco divisório da mudança foi a divulgação, em fins de 2014, do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que responsabilizava a cadeia completa de comando, até chegar aos cinco presidentes militares, pela tortura e desaparecimento de presos políticos sob a ditadura militar.

A única manifestação de militares da ativa contra o documento veio do então chefe do Estado-Maior do Exército, general Sérgio Etchegoyen, que divulgou nota protestando contra a inclusão de seu pai no documento conclusivo. Para ele, “ao apresentar seu nome [...] sem qualquer vinculação a fatos ou vítimas, os integrantes da CNV deixaram clara a natureza leviana de suas investigações e explicitaram o propósito de seu trabalho, qual seja o de puramente denegrir”.<sup>14</sup> A presidenta Dilma, já enfraquecida pela crise política, preferiu não o punir.

No governo Temer, o general foi nomeado para a chefia do recriado GSI, passando a ocupar o lugar de homem-chave na nova situação, agente da restauração da influência militar no aparelho de Estado e particularmente na área de informações. A continuidade desse trabalho é atualmente garantida pelo general Heleno. Ao mesmo tempo, ocorria a militarização do Ministério da Defesa, com a nomeação de generais para titulares da pasta.<sup>15</sup> No mesmo sentido, vale destacar a Portaria 076 do Comando de Operações Terrestres (Coter), de 12 de setembro de 2018, que inseriu na Divisão de Informações Operacionais da 4ª Subchefia uma Seção de Informações Operacionais sobre oponentes e *forças adversas*, adaptando a estrutura do Coter a conceitos remanescentes da Doutrina de Segurança Nacional do período da Guerra Fria, como o de inimigo interno.<sup>16</sup>

Mas foi preciso esperar pelo *impeachment* de Rousseff, no último dia de agosto de 2016, para que a inquietação no seio do Exército aparecesse no discurso público pela voz de sua chefia. Cem dias depois do afastamento definitivo da mandatária, *O Estado de S. Paulo* publicou entrevista com o general Villas Bôas, que, como os outros comandantes, foi mantido no cargo pelo presidente Temer, “na sua primeira manifestação pública sobre a crise política do país”. O destaque da entrevista foi a franca condenação aos setores que pediam a intervenção direta do Exército na política, chamados por ele de “tresloucados”. Perguntado se considerava viável a candidatura de Bolsonaro em 2018, respondeu que o ex-capitão, “a exemplo de Trump, fala e se comporta contra essa exacerbação sem sentido do politicamente correto”.<sup>17</sup>

Pouco mais de dois meses depois da entrevista, no bojo da crise aguda da segurança pública em cinco estados, o general foi ouvido pelo jornal *Valor*. Dessa vez, o foco recaiu em sua preocupação com a visão de que os militares poderiam substituir os governantes eleitos no combate à criminalidade urbana. Referindo-se mais uma vez à crise na política, ele traçou um diagnóstico mais amplo: “Esse processo que o Brasil vem enfrentando está atingindo nossa essência e nossa identidade [...]. Hoje somos um país que está à deriva, que não sabe o que pretende ser, o que quer ser e o que deve ser. Por isso, o interesse público, a sociedade está tão dividida, e o Estado subordinado a interesses setoriais”.<sup>18</sup>

Em fins de abril do mesmo ano, Villas Bôas fez uma denúncia à revista *Veja* sobre um episódio que teria ocorrido ainda no governo Rouseff: “Nós temos uma assessoria parlamentar no Congresso que defende nossos interesses, nossos projetos. Esse nosso pessoal foi sondado por políticos de esquerda sobre como nós receberíamos uma decretação do estado de defesa”. Na mesma entrevista, ele admitiu o perigo do surgimento de “líderes populistas”, com discursos “politicamente incorretíssimos, mas que correspondem ao inconformismo das pessoas”.<sup>19</sup>

Desde a crise que eclodiu em meados de maio no governo Temer, com a revelação de gravações realizadas por um grande empresário nas dependências da residência oficial, o silêncio parece ter se instalado no Exército. Mas foi rompido com estardalhaço, no início da noite de 3 de abril de 2018, na véspera da decisão do Supremo Tribunal Federal que decidiria se o ex-presidente Lula, condenado à prisão pelo juiz Sérgio Moro, deveria começar a cumprir sua pena depois da confirmação da sentença na segunda instância.

No Twitter, o general publicou mensagem em que dizia “assegurar à nação” que o Exército compartilhava “o anseio de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia” de “todos os cidadãos de bem”. E continuava: “nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do país e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais”. Noticiada em seguida no *Jornal Nacional*, a mensagem foi imediatamente vista como interferência militar indevida nas decisões do Supremo.<sup>20</sup> Mas o mal já estava feito: por seis votos a cinco, o STF autorizou a prisão antecipada de Lula, e este foi levado à sede da Polícia Federal em Curitiba por ordem imediata de Moro.

Cinco meses depois, em plena campanha eleitoral, o atentado contra o candidato Jair Bolsonaro levou o comandante do Exército a emitir opinião mais uma vez. Para ele, ao contrário de representar um ato isolado de uma pessoa desequilibrada, o evento seria

a materialização das preocupações que a gente estava antevendo de todo esse acirramento dessas divergências, que saíram do nível político e já passaram para nível comportamental das pessoas. A intolerância está muito grande. E esse atentado, infelizmente, veio a confirmar essa intolerância generalizada e a nossa falta de capacidade de colocar acima dessas questões políticas, ideológicas e pessoais o interesse do país.<sup>21</sup>

Indagado sobre como o Exército estava acompanhando a tentativa de registro da candidatura do ex-presidente Lula, o general respondeu:

A gente vem pautando nossa atuação e discurso em cima da legalidade, legitimidade e estabilidade. Entendemos que a estabilidade é fundamental para o funcionamento das instituições. Até porque, o inverso, a instabilidade, implica diretamente nossa atuação, como na greve dos caminhoneiros. Preocupa que este acirramento das divisões acabe minando tanto a governabilidade quanto a legitimidade do próximo governo. Nos preocupa também que as decisões relativas a este tema sejam definidas e decididas rapidamente, de uma maneira definitiva, para que todo o processo transcorra com naturalidade.

Diante da pergunta mais direta sobre como o entrevistado via a possibilidade de Lula ser elegível e ganhar as eleições, por decisão judicial, ele respondeu:

O pior cenário é termos alguém *sub judice*, afrontando tanto a Constituição quanto a Lei da Ficha Limpa, tirando a legitimidade, dificultando a estabilidade e a governabilidade do futuro governo e dividindo ainda mais a sociedade brasileira.

Vinha à luz aí aquela que passou a ser chamada de “doutrina Villas Bôas”. A candidatura Lula contrariava as três premissas que o Exército definia como fundamentais para o futuro do país. Diante disso, pareciam formais suas declarações quanto ao caráter militar ou não da candidatura Bolsonaro: “não é candidato das Forças. As Forças Armadas são instituições de Estado, de caráter apolítico e apartidário. Obviamente, ele tem apelo no público militar, porque ele procura se identificar com as questões que são caras às Forças, além de ter senso de oportunidade aguçada”.

Após a vitória de Jair Bolsonaro, a 28 de outubro de 2018, Villas Bôas achou conveniente manter sua rotina de manifestações públicas, ao contrário dos comandantes das duas outras forças que se mantiveram em segundo plano, evitando opinar sobre a crise ou o panorama militar. No dia 11 de novembro, a *Folha de S.Paulo* publicou nova entrevista com o agora eloquente chefe do Exército. Nela, ele manifestou preocupação com uma futura associação da força com a pessoa de Bolsonaro: “Estamos tratando com muito cuidado essa interpretação de que a eleição dele representa uma volta dos militares ao poder. Absolutamente não é”. E complementou: “Estamos trabalhando com muita ênfase para caracterizar isso porque queremos evitar que a política entre novamente nos quartéis”. Disse em seguida: “Hoje as Forças Armadas estão muito afastadas das questões políticas do dia a dia”.<sup>22</sup>

Na entrevista, ele reafirmou as três diretrizes a que já nos referimos – manutenção da estabilidade, legalidade e legitimidade –, dizendo sobre a

última que o Exército a acumulou “ao longo dos tempos exatamente pelo posicionamento apolítico”. Depois de comentar a influência política dos militares da reserva sobre os oficiais da ativa, Villas Bôas afirmou que, em certos momentos, precisou “ter o domínio da narrativa” e, sem ser perguntado, esclareceu: “Eu reconheço que houve um episódio em que nós estivemos realmente no limite, que foi aquele tuíte da véspera da votação do Supremo da questão do Lula”. Para ele, isso se deve à consciência de que “a coisa poderia fugir ao controle” do comando, se este não se expressasse. Apesar das críticas “do pessoal de sempre”, acrescentou, “a relação custo-benefício foi positiva”.

Finalmente, em seu último discurso como comandante do Exército, quando da passagem do cargo ao general Pujol, Villas Bôas disse ao presidente Bolsonaro:

O senhor traz a necessária renovação e a liberação das amarras ideológicas que sequestraram o livre pensar, embotaram o discernimento e induziram a um pensamento único, nefasto como assinala o jornalista americano Walter Lippman, “quando todos pensam da mesma maneira, é porque ninguém está pensando”.<sup>23</sup>

Dez dias antes, quando da posse do novo ministro da Defesa, Bolsonaro dirigiu-se ao general: “Meu muito obrigado, comandante Villas Bôas. O que já conversamos morrerá entre nós. Mas o senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui, muito obrigado mais uma vez”.<sup>24</sup>

## **A névoa da política**

Antes da posse de Bolsonaro, já tínhamos expressado a visão de que as expectativas do general Villas Bôas mencionadas acima – de não contaminação dos militares pela política ou por mal desempenho do novo presidente – dependiam de quão profundo fosse o comprometimento das Forças Armadas na nova situação. O risco maior não estaria nos cargos de primeiro escalão ocupados por oficiais generais com experiência em áreas mais técnicas, mas nas posições mais próximas ao núcleo de poder.<sup>25</sup> Nestas, a política tenderia inevitavelmente a arrastar os generais do Planalto para as lutas palacianas e para o centro dos conflitos com a oposição e das contradições sociais, prejudicando seriamente os planos de contenção do capitão Bolsonaro – com sua proverbial incapacidade de controlar as palavras, a personalidade explosiva e a tendência à mobilização permanente de suas bases eleitorais, características que já eram bastante conhecidas por seu comportamento enquanto parlamentar.<sup>26</sup>



Mas ninguém poderia imaginar o cenário que se desenrolou já nos primeiros meses da nova era. Logo de início, ficaria claro que o núcleo militar do Palácio enfrentaria uma espécie de quinta coluna disposta a disputar acirradamente cargos e influência sobre o presidente. Esta configurava uma extrema direita civil, ativa e militante, que parece ter desnortado os generais, abalando seus planos de tutela sutil de Bolsonaro e expondo-os a uma sequência inacabável de situações inusitadas.

Tal reversão de expectativas foi ocultada, por breve tempo, pela capacidade dos militares de desarmarem duas bombas-relógios colocadas no começo do governo pelo próprio presidente. A primeira foi a ideia de permitir a instalação de uma base militar norte-americana no Brasil. Aventada pelo presidente eleito no final de 2018, a proposta foi secundada pelo chefe do Itamaraty, Ernesto Araújo, e ganhou elogios do secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, quando este veio ao Brasil para a posse de Bolsonaro. Foi descartada uma semana depois pelo presidente.<sup>27</sup> A segunda disse respeito ao possível emprego da força como meio de resolução da crise na Venezuela. O alarme teria soado com a visita oficial de Bolsonaro aos EUA, particularmente por ocasião do encontro a portas fechadas entre o presidente e Donald Trump, a 19 de março, com a presença, do lado brasileiro, apenas do deputado federal Eduardo Bolsonaro. Quatro dias depois, o mandatário negou essa possibilidade.<sup>28</sup>

Contudo, o caso da Venezuela não foi tão simples. Um mês antes da visita presidencial aos Estados Unidos, o vice-presidente Hamilton Mourão representou o Brasil, ao lado do ministro Araújo, num encontro de líderes regionais, realizado em Bogotá, na Colômbia, destinado a examinar a crise no país vizinho. Já à chegada, afirmou: “Para nós, a opção militar nunca foi uma opção. O Brasil sempre defendeu as soluções pacíficas de qualquer problema que ocorra nos países vizinhos. Defendemos a não intervenção”.<sup>29</sup> A presença do vice tirou o protagonismo do chanceler brasileiro, favorável a um alinhamento mais decidido do Brasil com a atitude belicista dos Estados Unidos.

A resposta veio algumas semanas depois, no primeiro dia da mencionada viagem de Estado aos EUA. Em jantar oferecido na embaixada do Brasil, o presidente reservou os lugares de honra na mesa a Olavo de Carvalho, considerado o mentor intelectual de Eduardo Bolsonaro e do chefe do Itamaraty, e Steve Bannon, estrategista da campanha eleitoral de Donald Trump. Em seguida, em entrevista à BBC, Bannon afirmou: “Há muitos membros do governo que estão questionando o ‘timing’ do vice-presidente e seus posicionamentos nos primeiros cem dias”. Por sua vez, o polemista brasileiro foi mais ofensivo. Depois do encontro com o norte-americano antes do jantar em que foi convidado de honra, ele classificou Mourão como “estúpido”. Anterior-

mente, já tinha atribuído a ele “mentalidade golpista” e “ vaidade monstruosa”.<sup>30</sup> As declarações provocaram a reação de um dos homens mais próximos do presidente: “Por suas últimas colocações na mídia – atacou o general Santa Cruz, da Secretaria de Governo – com linguajar chulo, com palavrões, inconsequente, o desequilíbrio (de Olavo) fica evidente”.<sup>31</sup>

Os militares mal tiveram tempo de tomar fôlego, e nova polêmica os arrastou para o centro da cena política. Uma semana antes de mais um aniversário do golpe de 1964, o porta-voz da Presidência Rêgo Barros comunicou que o presidente ordenara ao Ministério da Defesa providências para comemorar devidamente o “31 de março”.<sup>32</sup> A ordem parece ter pego de surpresa o próprio ministro e os comandantes militares e desencadeou ampla cobertura de imprensa sobre o caráter daquela data. Já no anúncio da decisão, a Rede Globo chamou o movimento que derrubou o presidente João Goulart de “golpe militar”. A cobertura dos outros meios de comunicação possibilitou que essa designação fosse difundida a amplos setores da população. Frustraram-se, assim, as expectativas militares no sentido de que a discricção marcasse o evento no primeiro ano do governo Bolsonaro, a fim de não tensionar o clima político do país, dificultando a tramitação no Congresso da meta principal na economia: a reforma da Previdência.<sup>33</sup>

Diante da repercussão negativa, o presidente declarou que não se tratava de comemorar, mas de “rememorar” o 31 de março.<sup>34</sup> Mas o mal já estava feito: o *New York Times* disse a seus leitores “Brazil’s president tells armed forces to commemorate military coup”<sup>35</sup> (29-3); o *Guardian*: “Fury as Bolsonaro orders Brazil army to mark 55<sup>th</sup> anniversary of military coup”<sup>36</sup> (27-3); enquanto o *Washington Post* publicava artigo assinado por Rosana Pinheiro-Machado com o título “Bolsonaro’s push to commemorate Brazil’s military rule is a celebration of torture”<sup>37</sup> (29-3).<sup>38</sup> No Exército, os festejos foram os maiores desde 1985, com destaque para os do Comando Militar do Planalto, ao qual compareceram 350 oficiais.<sup>39</sup>

Foi nesse quadro de exposição e desgaste que eclodiu a ação de uma patrulha militar no bairro de Guadalupe, zona oeste do Rio de Janeiro, na qual foram disparados mais de 80 tiros contra um carro que levava uma família a uma festa de batizado, resultando na morte do motorista e de um morador de rua que procurou socorrê-lo. A primeira reação do comando militar responsável pela patrulha foi negar qualquer erro na ação, afirmando que os soldados tinham “reagido à injusta agressão”. Só depois da repercussão nos meios de comunicação o Exército decretou a prisão de nove envolvidos na ação e abriu inquérito, ainda em curso quando da redação deste artigo, quatro meses após o ocorrido. A condenação das atitudes daquela força na imprensa foi unânime e se agravou quando o presidente Bolsonaro declarou, cinco dias depois

dos acontecimentos: “O Exército não mata ninguém”.<sup>40</sup> Diante desse quadro, o colunista conservador Josias de Souza concluiu: “Só o Exército pode salvar a reputação do Exército. Mas a instituição, com a ajuda de Bolsonaro, parece determinada a assassinar também a própria imagem.”<sup>41</sup>

Logo depois, o próprio presidente compartilhou na internet um vídeo produzido por Olavo de Carvalho, no qual este dizia considerar Bolsonaro “um mártir” e explicava: “Só de aguentar esses filhos da puta que tem em volta dele. Não dá, não dá”. Em seguida, indagava:

Qual foi a última contribuição das escolas militares para a cultura nacional? As obras de Euclides da Cunha. Depois de então, só foi cabelo impostado e voz empostada; cagada, cagada. Esse pessoal subiu ao poder em 1964, destruiu os políticos de direita e sobrou (sic) o quê? Os comunistas.

E concluía:

Os milicos têm que começar por confessar os seus erros antes de corrigir os erros dos outros. Essa é a lei de Cristo. Primeiro os teus pecados, depois os do vizinho. Mas no Brasil não, todo mundo é assim: ‘somos os patriotas, os heróis, salvamos o Brasil do comunismo, nós isso, aquilo. Tudo conversa mole.

O vídeo permaneceu 20 horas no canal de vídeo oficial de Bolsonaro antes de ser apagado.<sup>42</sup>

## **O segundo round**

O ataque não provocou qualquer reação do presidente. Em vez disso, ele concedeu a seu autor o grau máximo da Ordem Nacional de Rio Branco, a Grã-Cruz. Segundo o Itamaraty, a comenda é atribuída pelo chefe da Nação a personalidades que, “pelos seus serviços ou méritos excepcionais, tenham se tornado merecedoras dessa distinção”.<sup>43</sup> Coube ao então ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, o general Santos Cruz, propor em entrevista à imprensa a necessidade de regular as redes sociais para coibir ataques do tipo dos que começavam a atingir regularmente seus colegas no governo. Mais uma vez, o mandatário deixou sozinho o ex-colega de Aman. Diante da ofensiva de seus partidários contra Santos Cruz, incluindo seus próprios filhos, acusado de tentar reimplantar a censura às manifestações de opinião, o mandatário solidarizou-se com as críticas.<sup>44</sup> A atitude provocou a tensa reunião entre Santos Cruz e o presidente, marcando o início de um distanciamento entre os dois, cujo desfecho retomaremos adiante.

A última reserva dos generais no Planalto foi o general Villas Bôas. Em mensagem em seu Twitter, ele atribuiu a Carvalho “total falta de princípios básicos de educação, de respeito e de um mínimo de humildade e modéstia” e o acusou de tentar “substituir uma ideologia por outra”, ao se colocar como “verdadeiro Trótski de direita”, “no momento em que a sociedade brasileira necessita recuperar a coesão e estruturar um projeto para o país”.<sup>45</sup> Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-chefe do Exército insistiu na ideia de que os militares não estavam participando do governo, “mas trazendo consigo seus valores” ao aceitar cargos na nova administração. Isso, para ele, estaria na raiz da disputa de espaço “junto à Presidência da República”. Para ele, seria “muito grave” a forma como Olavo de Carvalho se referia aos generais.<sup>46</sup> Considerando-o “uma pessoa doente”, acusava-o de tentar tutelar o presidente.

Sobre a atitude de Bolsonaro, Villas Bôas preferiu dizer que o presidente sempre expressou “seu respeito, sua admiração e o seu apoio às Forças Armadas” e que soube que este havia manifestado “seu descontentamento com as posturas do sr. Olavo”. Perguntado sobre se isso configuraria uma reação à tentativa militar de exercerem eles próprios a tutela do chefe de Estado, respondeu: “o presidente Bolsonaro tem uma personalidade bastante independente”. A resposta veio em seguida: no Twitter, Carvalho afirmou que não esperava ver “altos oficiais militares acossados” por suas afirmações “que não conseguiriam contestar, irem buscar proteção escondendo-se por trás de um doente preso a uma cadeira de rodas”. Ainda assim, o presidente Bolsonaro manteve-se em silêncio.<sup>47</sup>

Na segunda quinzena de maio, as atenções militares foram desviadas para o ressurgimento de significativos protestos sociais de rua, alguns em oposição aos ataques do novo ministro da Educação Abraham Weintraub às universidades públicas, e outros da reação do movimento bolsonarista, em manifestações contra o Congresso Nacional e o Judiciário, acusados de opor obstáculos ao governo Bolsonaro. A possibilidade de unificação da esquerda no bojo de um movimento social mais amplo parece ter reaquecido a unidade ideológica do campo bolsonarista.

O mesmo efeito aparenta ter tido a série de vazamentos de comunicações entre membros da Operação Lava Jato, principalmente o ex-juiz e atual ministro da Justiça de Bolsonaro, Sérgio Moro, que trouxeram à luz comunicações ilegais entre o magistrado e procuradores federais. Os militares foram os primeiros a se solidarizar com o colega de governo. Para o general Santos Cruz, Moro tinha a total confiança dos generais no governo: “Ele é um ministro, um homem de muito respeito e do bem”.<sup>48</sup> O vice Mourão declarou: “O ministro Moro é um cara da mais ilibada confiança do presidente”. Para Heleno, o objetivo das revelações seria “macular

a imagem” do colega de ministério, “cuja integridade e devoção à Pátria (estariam) acima de qualquer suspeita”. Por fim, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, usou quase as mesmas palavras de Santos Cruz para se solidarizar com o ex-juiz. Poucos dias depois, o general Mourão reforçou sua posição, estendendo solidariedade a Deltan Dallagnol, o procurador-chefe da Força Tarefa Lava Jato, em Curitiba.<sup>49</sup> Para todos eles, o grave seria a divulgação das mensagens, não o conteúdo delas.<sup>50</sup> Ao mesmo tempo, surgiam na imprensa notícias de que entre os militares da ativa haveria “visível apreensão com a possibilidade” de o STF decidir soltar Lula com base nas informações vindas à luz com os vazamentos, o que poderia gerar “conflitos sociais”.<sup>51</sup>

## A dança das cadeiras

As declarações a favor de Moro ainda repercutiam no noticiário quando o presidente Bolsonaro demitiu o general Santos Cruz do cargo de ministro da Secretaria de Governo. Em seu lugar, com a anuência do ministro da Defesa e do comandante do Exército, ele colocou outro ex-colega de Aman, Luiz Eduardo Ramos, considerado o general na ativa mais próximo do presidente. Os analistas de imprensa logo concluíram: “O argumento de que as Forças Armadas não se misturam com o governo [...] fica enfraquecido com a chegada à Esplanada do chefe do Comando Militar do Sudeste”. Ramos não precisou deixar a ativa para ocupar o posto, afastando-se apenas do Alto Comando da força terrestre.<sup>52</sup>

A demissão de Santos Cruz não foi um fato isolado. Outras duas ocorreram ao mesmo tempo: a do presidente da Funai, general Franklimberg Ribeiro de Freitas, por alegada discordância com a chamada bancada ruralista, e a de seu colega Juarez de Paula Cunha da direção dos Correios, dessa vez sob a justificativa de que ele se opunha à privatização da estatal e agia como “sindicalista”, e não como membro do governo.<sup>53</sup> Pouco depois, o ex-capitão rebaixou o general Floriano Peixoto da Secretaria-Geral da Presidência para o cargo antes ocupado por Paula Cunha.<sup>54</sup> Mas foi a forma de tratamento que o presidente dedicou a seu ex-amigo próximo o que mais chamou a atenção. Para o cientista político Manuel Domingos Neto, “Bolsonaro mexeu com ícones, entre eles o único general experimentado em guerra. Santos Cruz usou capacete azul, da paz. Mas de fato o teatro no Congo era de guerra. Onde já se viu menosprezar guerreiro que volta vitorioso?”<sup>55</sup>

O mesmo analista chamou a atenção para a eventual preocupação no Exército com outra atitude presidencial. Em cerimônia militar em Santa

Maria (RS), dois dias depois da demissão de Santos Cruz, o presidente associou seus projetos de liberação de armas à capacidade da população em resistir a um governo de esquerda, referindo-se implicitamente à situação da Venezuela.<sup>56</sup> O potencial papel disruptivo de Bolsonaro merecerá mais atenção adiante. Voltando às repercussões da demissão de Santos Cruz, o efeito imediato foi uma série de declarações e medidas da área militar. O próprio general demitido não caiu calado. Em entrevista à imprensa, chamou o cotidiano do governo de “show de besteiras”.<sup>57</sup>

Mas a manifestação mais próxima de ser interpretada como expressão dos sentimentos da alta cúpula do Exército veio na voz do general de reserva Etchegoyen.<sup>58</sup> Em linguagem cifrada, ele afirmou que a demissão de Santos Cruz não tinha explicação, mas enfatizou que ela não alteraria os rumos do governo. Embora se possa dizer que nessa afirmação estava implícita a ideia de que os militares continuariam a ocupar lugar central na política, o experiente general defendeu que Bolsonaro escolheu não o general Ramos, mas a pessoa Ramos como substituto de Santos Cruz. Esquecia-se de que a nomeação foi discutida com o ministro da Defesa e o comandante do Exército, tendo o apoio implícito do Alto Comando. Não considerava também, como lembrou ao autor um coronel da reserva, que a medida desfalcava o Exército de um general na ativa de quatro estrelas, licenciado do Alto Comando, em prejuízo das promoções na fila para general de quatro estrelas.

Para Etchegoyen, ao aceitar participar do governo, os militares davam prova de competência, seriedade e, sobretudo, honestidade. Admitiu que havia divergências com a nova situação, mas defendeu que as concordâncias eram mais fortes. Ainda assim, ressaltou que o comandante do Exército, o general Pujol, estava certo em manter “distância da política”. Essa informação parecia contradizer o que disse a seguir: “A instituição não vai se engajar mais do que já está”. Ao mesmo tempo, o general atribuía a culpa de eventuais problemas no governo ao “outro segmento”, que fracassou ao exercer a democracia. Vale dizer que o governo Bolsonaro tinha defeitos, mas o inimigo do general continuava a ser os governos do Partido dos Trabalhadores.

Por fim, a insatisfação do Alto Comando surtiu dois efeitos mais práticos: foi designado o general Marcos Antonio Amaro dos Santos, que chefiou a segurança pessoal da presidenta Dilma Rousseff, para o posto do general Ramos no Comando do Sudeste; e, na seleção de dois generais da turma de 1981 para ganhar a quarta estrela, o porta-voz de Bolsonaro, Rêgo Barros, foi preterido, restando a ele passar à reserva.<sup>59</sup>

## A rede fardada

As tensões entre Bolsonaro e os generais no Palácio mereceram ampla atenção da imprensa. O mesmo não ocorreu com uma frente menos visível de potenciais problemas na caserna. Na era das redes sociais, a expressão de opiniões é incontrolável. Nesse quadro, nada impede que as históricas insatisfações e divergências na caserna se espalhem de modo novo por todo o tecido das Forças Armadas.<sup>60</sup> Em meados de julho, o Centro de Comunicação Social do Exército reconheceu: “Um dos fenômenos que têm caracterizado o meio informacional nos anos recentes é o emprego crescente e generalizado das mídias sociais por pessoas e organizações”. E complementou: “Como parte da sociedade, tal comportamento também tem sido observado nos integrantes do Exército brasileiro”. Poucos dias antes, uma portaria do Estado-Maior do Exército (196-EME) tinha procurado estabelecer objetivamente “parâmetros para a adequação de perfis e conteúdos de mídias sociais aos demais preceitos regulamentares da Força”, definidos no Estatuto dos Militares e no Regulamento Disciplinar do Exército.

O exemplo veio de cima. A essa altura, um levantamento feito pelo jornalista Marcelo Godoy com base em perfis de oficiais da ativa no Twitter durante o ano eleitoral de 2018 e nos primeiros meses do novo governo mostrou que a indisciplina que antes se resumia à destemperança verbal de alguns oficiais generais espalhou-se pela rede. Examinando as contas de oito generais, oito coronéis, um 2. tenente e um subtenente do Exército e dois brigadeiros, a reportagem concluiu que “apenas duas das 220 manifestações mostravam desacordo com o governo”. Quinze dos vinte perfis foram criados após a já mencionada manifestação do general Villas Bôas sobre o julgamento do *habeas corpus* do presidente Lula, a 3 de março de 2018.<sup>61</sup>

Com o início da campanha eleitoral, em agosto, o ativismo em rede atingiu também a Força Aérea. O brigadeiro Marcelo Fonseca, do Estado-Maior da Aeronáutica, “tuitou cinco vezes entre 2 e 9 de agosto mensagens de apoio ao candidato Bolsonaro, como ‘eu voto em Bolsonaro’”. Durante os duzentos primeiros dias do novo governo, os tuítes militantes continuaram, com críticas a posições dos partidos de esquerda, às manifestações estudantis contra o corte de verbas na Educação, e aos poderes Legislativo e Judiciário. Para Eliezer Rizzo de Oliveira, tratava-se, em forma nova, do ressurgimento do “partido fardado” definido por Oliveira Ferreira, “uma organização difusa, com mentalidade, com permanência, com interesse e com visão verde-oliva”, como lembrou Rizzo.<sup>62</sup> Só a Marinha escapou à indisciplina no Twitter.

Mas as redes sociais não estavam em cena para servir apenas à oficialidade. Outro aspecto do problema seria a rebeldia em rede de praças

e sargentos.<sup>63</sup> Esta veio à luz por ocasião da já aludida apresentação do projeto em estudo pelo governo de reestruturação da carreira castrense, no bojo da discussão da reforma da previdência militar. Segundo registrou a jornalista Tânia Monteiro,<sup>64</sup>

Durante o fim de semana circularam por grupos de WhatsApp de militares várias versões da proposta. A temperatura das discussões se elevou porque uma delas sugere a criação de gratificações somente para oficiais de alta patente pela participação em cursos de habilitação militar, sem contemplar sargentos e suboficiais.

A situação obrigou o presidente Jair Bolsonaro e dois membros do Alto Comando, os comandantes do Sudeste, general Ramos, e o do Sul, Geraldo Miotto – um dos generais citados na matéria acima como exemplo de uso do Twitter apenas para assuntos profissionais –, a “agir para acalmar os ânimos”.<sup>65</sup> “Exército único e indivisível!!!”, convocou o primeiro oficial; “Não vão conseguir nos dividir!!! Estamos juntos na mesma trincheira!!!”, completou o segundo. Por sua vez, o ministro da Defesa chamou os comandantes das três forças para reunião de emergência, onde teria sido discutida “a estratégia de atuação para reduzir a temperatura na caserna”. Reuniões de comandos e graduados teriam se repetido por todo o país, “para reiterar o discurso de que a alta hierarquia jamais agiu “em benefício de uns em detrimento de outros”. No segundo dia da crise, o próprio comandante do Exército disse a *O Estado de S. Paulo* ter ficado “preocupado” com as “informações com dados inverídicos” divulgados nas redes sociais. Na manhã daquela terça-feira, foi marcada reunião do Alto Comando do Exército, por videoconferência e para a manhã seguinte, com a presença dos três comandantes de forças, do ministro da Justiça e do próprio presidente.

A fermentação nos baixos escalões expressou-se também fora das redes sociais. Em meados de abril, em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, a presidente da União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares (Unifax), Kelma Costa, resumiu o clima reinante nos quartéis: “Não tenho adjetivos para definir o sentimento da tropa diante desta reestruturação que está sendo imposta para nós”.<sup>66</sup> A sessão discutiu “os impactos da reforma da Previdência (PEC 6/2019) e da reestruturação de carreiras (PL 1645/2019) dos militares de patentes menores (sargentos, cabos e soldados), assim como de policiais militares (PMs) e bombeiros”. Para Kelma, os praças das Forças Armadas estariam sendo tratados como “a ralé do Exército”.<sup>67</sup> Em nova audiência realizada a 4 de junho na mesma comissão, as críticas se repetiram.<sup>68</sup>



## O fator Bolsonaro

Como alertamos em outra ocasião, no clima de crise permanente na presidência de Jair Bolsonaro, essa fermentação na base das Forças Armadas tem potencial para assumir formas explosivas, dependendo da vontade presidencial.<sup>69</sup> O ex-capitão paraquedista foi um militar peculiar, que ficou onze anos no Exército e quase três décadas como deputado no Congresso Nacional. Apesar da frequência com que alude às virtudes militares da disciplina e da hierarquia, não foi um exemplo de nenhuma dessas duas virtudes quando na caserna. Tudo começou com uma carta à revista *Veja* (3 de setembro de 1986), publicada com o título “O salário está baixo”, sem conhecimento e autorização de seus superiores.

Segundo um informe secreto do Serviço Nacional de Informações (SNI), datado de 1 de setembro de 1986, disponível na página do Arquivo Nacional como parte de um dossiê dedicado ao capitão, o artigo repercutiu favoravelmente “na grande maioria do público interno do CML” (Comando Militar do Leste).<sup>70</sup> Na Brigada Paraquedista, houve apoio ostensivo ao conteúdo da carta. Uma reunião foi marcada na Eceme, mas logo foi cancelada. Houve também reações negativas à maneira como esta foi divulgada. A atitude do oficial Bolsonaro provocou sua prisão por quinze dias.

por ter sido indiscreto na abordagem de assunto de caráter oficial, comprometendo a disciplina [...] por ter ferido a ética gerando clima de inquietação na OM (Organização Militar) e da força e por ter contribuído para prejudicar o excelente conceito da tropa paraquedista no âmbito do Exército e da Nação.

Conseqüentemente, incorrendo em *transgressão grave*.<sup>71</sup>

O apoio a Bolsonaro veio na forma de reuniões de esposas de oficiais e de declarações de vários oficiais da ativa, que geraram novas prisões.<sup>72</sup> Pouco mais de um ano depois, *Veja* (28 outubro de 1987) divulgou um plano do capitão e de seu colega Fábio Passos da Silva para explodir bombas na Aman e em outras unidades do Exército, como represália ao índice de aumentos dos soldos a ser divulgado pelo Ministério daquela força. Embora o Comando do Exército não tenha encontrado elementos para a abertura de IPM (Inquérito Policial Militar), os dois oficiais foram submetidos a Conselho de Justificação (CJ), também conhecido como “Tribunal de Honra”<sup>73</sup>. Em decorrência, o Exército decidiu excluí-los “do estado efetivo da Escola”, permanecendo “adidos”.<sup>74</sup>

Quatro meses depois, outro informe relatou a presença de vários oficiais na residência do acusado.<sup>75</sup> A 6 de abril de 1988, por unanimidade, o CJ

considerou Bolsonaro culpado.<sup>76</sup> A 19 de abril de 1988, o acusado solicitou anulação da decisão, invocando “cerceamento do direito de defesa”. Em resposta, o Conselho reafirmou sua sentença, declarando-o incompatível para o oficialato, com a consequente perda de posto e patente.<sup>77</sup> Em seguida, registrou-se que o capitão tinha procurado colher assinaturas para comprovar “não ter o nominado sido diplomado ao concluir o curso”.<sup>78</sup> No dia 24 de junho, o Superior Tribunal Militar (STM), por maioria de votos, o declarou “não culpado”.<sup>79</sup>

Trinta anos depois, em plena campanha eleitoral, a pedido do candidato Jair Bolsonaro e a fim de esclarecer a questão de sua alegada expulsão do Exército, o Comando do Exército informou apenas: “Em 1987, o então capitão Bolsonaro concluiu, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais realizado naquela Escola”, e “em 1989, após sua eleição para vereador do município do Rio de Janeiro, passou para a reserva remunerada, conforme preconiza a legislação em vigor”.<sup>80</sup> Como se vê, o Exército colaborou assim, por omissão e oficialmente, com a campanha eleitoral do candidato, sobre o qual havia farta informação em documentos daquela força.

Bolsonaro começou a carreira política que o levaria à Presidência trinta anos depois como candidato do Partido Democrata Cristão (PDC). Segundo o SNI, “sua base eleitoral seria o público interno, descontente com os vencimentos”.<sup>81</sup> Nos meses posteriores, foram anotados sucessivos casos de propaganda eleitoral do candidato no interior de organizações militares, em dependências da Brigada de Paraquedistas, da Vila Militar, do Conjunto Residencial da ESAO e no passadiço do Palácio Duque de Caxias. Foi eleito com 11.062 votos. Suas prestações de conta, a partir de então, foram dirigidas aos “companheiros de farda”, militares inativos, pensionistas e à “Família militar”. O ministro do Exército passou a ser alvo crescente de suas críticas.<sup>82</sup> Em boletim sem data, aparece pela primeira vez o lema paraquedista “Pátria acima de tudo”, que ele depois levaria à Presidência um pouco modificado. Nem bem eleito vereador, o capitão se candidatou a deputado federal, em sete mandatos sucessivos, solidamente plantado nos setores acima enumerados, mantendo, até as eleições de 2014, em torno de 100 mil votos, quando quadruplicou seu eleitorado. Com um discurso agressivo, politicamente incorreto e cuidadosamente calibrado, patrocinou também o ingresso dos três filhos na política. Passou por quase uma dezena de partidos.<sup>83</sup>

Eleito presidente, há indícios de que continua e continuará a cultivar seu eleitorado cativo. No bojo da crise descrita acima, seu entorno mais próximo procurou emitir sinais de que o presidente estava do lado dos oficiais em início de carreira, praças, cabos e sargentos insatisfeitos. Nesse sentido, o deputado e ex-subtenente Hélio Bolsonaro (PSL-RJ, sem relação de parentes-

co) gravou um vídeo em que dizia: “Jair Bolsonaro vai atualizar a proposta e vamos sair ganhando.”<sup>84</sup> Enquanto isso, segundo matéria de imprensa,

muitos dos oficiais e sargentos, que formaram uma base eleitoral sólida para Jair Bolsonaro durante toda sua trajetória política, mandaram mensagens para o próprio presidente, que estava em viagem a Washington, se queixando do projeto, dizendo que ele beneficiava generais e os prejudicava.

Segundo o mesmo artigo: “Bolsonaro ficou preocupado com o tamanho da insatisfação e voltou a declarar que ‘os benefícios ou sacrifícios serão divididos entre todos, sem distinção de postos ou graduações.’”<sup>85</sup> No momento em que este artigo é escrito, no final de julho de 2019, o assunto ainda está indefinido.

Por sua vez, matéria da página *Sociedade Militar*, que procura expressar os anseio de praças, cabos e sargentos das Forças Armadas, defendia que “Bolsonaro aos poucos é colocado novamente entre a TROPA e os GENERAIS, como nos anos 1980” e que “erros graves da Defesa na elaboração de um projeto de Lei” teriam causado “mal-estar entre base e a cúpula das Forças Armadas” e poderiam “provocar judicialização”. Conforme o texto, no começo de sua carreira militar o capitão Bolsonaro “era visto pelos generais como uma pedra no sapato, uma grande ameaça à chamada estabilidade”. “Uma opinião mais rigorosa” por parte da hierarquia foi evitada à época face ao “risco de uma grande insurreição militar”. Eleito Presidente da República, a “proximidade com a tropa definitivamente não acabou”, e um “grande indício disso” teria sido a “determinação expressa de Jair Bolsonaro para a realização de mudanças de última hora no projeto de reestruturação”.<sup>86</sup> Logo depois, a mesma página registrava duas medidas tomadas “por Bolsonaro” a favor dos graduados: 1) o acesso às armas de fogo, atendendo antiga reivindicação de praças e sargentos; e 2) a proibição do uso de sargentos-taifeiros como empregados domésticos particulares.<sup>87</sup>

Não se sabe se o ex-líder da “família militar” cruzará como presidente o Rubicão. Por enquanto, sabemos apenas que ele continua a cultivar os laços com sua base originária. No mês de junho, Bolsonaro participou de duas formaturas desses militares. Numa delas, compareceu à cerimônia de conclusão do Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento, do Centro de Instrução Almirante Alexandrino, no Rio.<sup>88</sup> Duas semanas depois, foi a vez da Escola de Especialistas da FAB.<sup>89</sup> No mesmo mês, a parada militar que descrevemos na abertura deste artigo repetiu-se, agora na Cerimônia comemorativa ao 218. aniversário do nascimento do marechal Mallet, patrono da arma da Artilharia, em Santa Maria (RS). Dessa vez, o presidente vinha vários passos

à frente da primeira fileira da tropa, onde estavam o vice-presidente Mourão e vários outros ministros militares. E seu passo parecia mais firme.

## RESUMO

A volta dos militares à política, no bojo da ascensão da candidatura Bolsonaro, colocou novos desafios ao estudo das relações civis-militares no Brasil. Este artigo procura analisar, no calor da hora, a reversão de expectativas ocorrida nos primeiros meses do governo do ex-capitão do Exército, de uma perspectiva de tutela e controle à constatação de que o novo presidente é incontrolável. Generais foram atacados por setores próximos ao chefe de Estado, demitidos ou limitados em sua esfera de poder. Enquanto isso, Bolsonaro parece concentrar cada vez mais força em suas mãos.

## PALAVRAS-CHAVE

Militares; Política; relações civis-militares.

*United disorder: the military and politics in Bolsonaro's government*

## ABSTRACT

The return of military forces to politics, in the core of the rise of Bolsonaro's candidacy, has provided new challenges for the study of civil-military relations in Brazil. This article aims to analyze, in the heat of the moment, the reversal of expectations occurred in the early months of the former military officer government, from a guarding and controlling perspective to the finding that the new president is unmanageable. General officers have been attacked by sectors close to the head of state, fired or limited in their sphere of power. Meanwhile, Bolsonaro seems to increasingly concentrate power in his hands.

## KEYWORDS

Military; Politics; civil-military relations.

## NOTAS

1. Professor titular sênior de Ciência Política, UFSCar. Contato: djrm@ufscar.br.
2. "Agenda de Bolsonaro nos seus primeiros meses de governo tem privilegiado eventos militares", *O Globo*, 30 de junho de 2019.

3. “Militares já se espalham por 21 áreas do governo Bolsonaro, de banco estatal à Educação”, *Folha de S.Paulo*, 20 de janeiro de 2019.
4. “Mapa dos militares: onde estão os representantes das Forças Armadas no governo Bolsonaro”, *O Estado de S. Paulo*, 2 de março de 2019.
5. Para ele, “o papel dos militares no Brasil nos últimos 30 anos caracterizou-se por uma forte presença no âmbito interno; trata-se de algo mais que uma instituição armada para proteger o país das agressões externas ou, em uma definição convencional, defender a soberania nacional. Restabeleceu-se um sentimento de *missão protetora da nação*, que é essencial para a identidade militar. A função constitucional, o papel no sistema político e a missão autodesignada das Forças Armadas não se amoldaram completamente ao marco democrático [...]. Essa resiliência militar no espaço político é muito mais visível no Exército que nas demais forças” (tradução minha do espanhol). SOARES, Samuel A., “Volvieron los militares en Brasil? Una democracia obstruída por la cuestión militar”, *Nueva Sociedad*, 278: 48-58, noviembre-diciembre 2018.
6. Referindo-se ao choque institucional entre Executivo e Congresso, que marcou os primeiros seis meses do governo, Sergio Abranches afirmou: “Jair Bolsonaro escolheu uma Presidência de confrontação desde a posse. Não foi surpresa. Ele anunciou sua disposição de enfrentamento já na campanha”, “Presidência neurótica, Congresso nervoso”, *Ilustríssima, Folha de S.Paulo*, 30 de junho de 2019.
7. “Lula cobra general por crítica à reserva”, *O Estado de S. Paulo*, 18 de abril de 2008.
8. “Ministério da Defesa exonera general que criticou governo”, *O Globo*, 29 de outubro de 2015.
9. “Ministro convoca o comandante do Exército para avaliar punição a general”, *Folha de S.Paulo*, 18 de setembro de 2017.
10. “Exército decide trocar general de cargo após nova fala sobre intervenção”, *Folha de S.Paulo*, 9 de dezembro de 2017.
11. Em setembro de 2018, por exemplo, ocorreu reunião secreta na sede campestre do Clube Militar, no Rio de Janeiro, presidida pelo general, do qual teriam participado outros três generais da reserva e o ex-ministro da Marinha, almirante Alfredo Karam, no final do governo do general João Figueiredo (1979-1985). Ver “Bastidores: era Bolsonaro é a maior chance da MB desde o evento Lula/Pré-Sal”, *Poder Naval*, 30 de novembro de 2018.
12. “Jobim demite general que criticou investigação de crime da ditadura”, *Valor*, 11/2/2010. Para um balanço da atuação dos ministros da Defesa nos governos Lula, ver, de minha autoria, “Tensões militares no governo Lula: a pré-história do acordo com a França (2003-2009)”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4 283-306, julho-dezembro de 2010.
13. “Conheça o futuro comandante do Exército Edson Pujol”, *Defesanet*, 21 de novembro de 2018.

14. “Primeiro general da ativa chama relatório da Comissão da Verdade de leviano”, *O Estado de S. Paulo*, 11 de dezembro de 2014.
15. Ver, a esse respeito, as observações de Piero Leirner ao *Correio Braziliense*, “Militares aumentam a pressão sobre o governo após a saída de generais”, 21 de junho de 2019. Ele lembra o fortalecimento recente do GSI graças ao decreto 9819, de 3 de junho, referente à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo. Em caso de políticas que envolvam mais de um Ministério, a coordenação passa a caber ao secretário executivo do GSI, sendo, no momento em que este artigo é escrito, o general de Divisão Marco Antonio Freire Gomes.
16. Ver *Separata ao Boletim do Exército*, n. 39/2018, 28 de setembro de 2018, p. 7 e 37.
17. “Exército diz que malucos apoiam intervenção”, *O Estado de S. Paulo*, 10 de dezembro de 2016.
18. “Somos um país que está à deriva”, *Valor*, 17 de fevereiro de 2017.
19. “Exército foi sondado para decretar estado de defesa, diz general”, *Veja*, 24 de abril de 2017.
20. “Cúpula do Exército se junta à pressão sobre STF no dia D de Lula”, *El País*, 4 de abril de 2018.
21. “Legitimidade do novo governo pode até ser questionada”, diz general Villas Bôas, *O Estado de S. Paulo*, 9 de setembro de 2018.
22. “Bolsonaro não é volta dos militares, mas há o risco de politização dos quartéis”, diz Villas Bôas, *Folha de S. Paulo*, 11 de novembro de 2018.
23. “Em despedida do Exército, Villas Bôas chora e é abraçado por Bolsonaro”, *UOL*, 11 de janeiro de 2019.
24. “Presidente Bolsonaro participa da transmissão de cargo ao ministro da Defesa”, *G1-Jornal Nacional*, 2 de janeiro de 2019. Na entrevista acima à FSP, o general se referiu a “uma visita de cortesia”, ocorrida a 6 de novembro de 2018, logo após a vitória eleitoral, em que tiveram “uns dez minutos de conversas específicas”. Se houve conversa mais longa permanece um mistério muito bem guardado. Um dos decanos dos estudos militares no Brasil afirmou em artigo recente que o país ainda espera uma explicação sobre o que os dois conversaram. Ver OLIVEIRA, Eliezer R. “Governo Bolsonaro e a crise do ‘partido militar’”, *O Estado de S. Paulo*, 7 de maio de 2019.
25. Ver a esse respeito minha entrevista a Robinson Borges, “Disciplina militar pode ser eficiente na infraestrutura”, *Valor*, 31 de dezembro de 2018, 1 e 2 de janeiro de 2019. Os ministérios das Minas e Energia e de Infraestrutura couberam, respectivamente, ao almirante Bento Costa Lima e ao general Tarcísio Gomes de Freitas.
26. Apenas um exemplo: mais de duzentos dias após o início do governo, Bolsonaro emitiu em apenas alguns dias um conjunto de declarações sobre a ausência da fome no país, a jornalista Miriam Leitão, a necessidade de censurar a produção cultural, a nomeação de seu próprio filho para a embaixada do país em Washington, os governadores do Nordeste e a direção do respeitado Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais (Inpe). Ver Eliane Cantanhêde, “Nonsense”, *O Estado de S. Paulo*, 21 de junho de 2019.

27. Segundo a imprensa, a intenção do presidente “pegou os militares de surpresa”, provocando rápida reação do Alto Comando do Exército. “Bolsonaro recua e desiste de base americana no Brasil”, *Folha de S. Paulo*, 8 de janeiro de 2019.

28. “Forças Armadas entram em alerta pelo tom belicista de Bolsonaro”, *Folha de S. Paulo*, 19 de março de 2019.

29. “Mourão descarta intervenção militar na Venezuela”, *Deutsche Welle*, 26 de fevereiro de 2019.

30. “Steve Bannon: governo Bolsonaro precisa de ‘uma só voz’”, *BBC News Brasil*, 18 de março de 2019; e “‘Se continuar assim, mais seis meses e acabou’, diz Olavo de Carvalho sobre governo Bolsonaro”, *O Globo*, 17 de março de 2019.

31. “‘Olavo é desequilibrado’, diz ministro general de Bolsonaro”, *Folha de S. Paulo*, 25 de março de 2019.

32. “Bolsonaro determinou que Defesa faça as comemorações devidas do golpe de 1964, diz porta-voz”, *O Globo*, 25 de março de 2019. Por ocasião do cinquentenário desse episódio histórico, a presidenta Dilma Rousseff orientou o ministro da defesa, Celso Amorim, a passar aos comandantes das forças que o governo não queria que a data fosse comemorada nos quartéis. Desde o final dos anos 1990, isso não mais ocorria na Marinha e na Força Aérea, mas o Exército mantinha eventos discretos em suas unidades. “Dilma orienta Defesa a não comemorar os 50 anos do golpe”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 2014.

33. “Cúpula militar quer evitar comemorações excessivas nos 55 anos do golpe de 1964”, *Folha de S. Paulo*, 19 de março de 2019.

34. “Bolsonaro muda tom e diz que ideia é rememorar e não comemorar golpe de 1964”, *Folha de S. Paulo*, 28 de março de 2019.

35. “Presidente do Brasil manda Forças Armadas comemorem golpe militar”.

36. “Ordens de Bolsonaro para que Exército marque o 55. aniversário do golpe provoca fúria”. *Guardian*, 27 de março de 2019.

37. “Pressão de Bolsonaro para comemoração do governo militar é um elogio à tortura”. *Washington Post*, 29 de março de 2019.

38. Aproveitando-se da confusão provocada por recomendações do Ministério Público e uma decisão judicial contrária às comemorações, a Marinha divulgou que não teria eventos sobre a data; a Força Aérea limitou-se a distribuir a ordem do dia do Ministério da Defesa. “Após recomendação do MPF, Marinha diz que não terá cerimônia pelo 31 de março de 1964”, *O Liberal*, 27 de março de 2019 e Disponível em: <[http://www.fab.mil.br/cabine/anexos/Ordem\\_do\\_Dia.pdf](http://www.fab.mil.br/cabine/anexos/Ordem_do_Dia.pdf)>. Acesso em 19 de agosto de 2019.

39. “Por 30 minutos, comando do Exército ‘relembra momento cívico-militar’”, *O Globo*, 29 de março de 2019.
40. “O Exército não matou ninguém”, diz Bolsonaro após morte de músico após 80 tiros no Rio”, *O Globo*, 12 de abril de 2019.
41. “Só o Exército pode salvar a reputação do Exército”, *Folha de S.Paulo*, 19 de abril de 2019.
42. “Postado no canal de Bolsonaro, vídeo com ataques de Olavo de Carvalho a militares é deletado”, *Folha de S.Paulo*, 21 de abril de 2019.
43. “Bolsonaro equipara Olavo a Mourão e superministros em condecoração”, *O Estado de S. Paulo*, 1 de maio de 2019.
44. Bolsonaro escreveu no Twitter: “Em meu governo, a chama da democracia será mantida sem qualquer regulamentação da mídia, aí incluídas as sociais. Quem achar o contrário recomendo um estágio na Coreia do Norte ou Cuba”. “Chefes militares tentam evitar a demissão de Santos Cruz”, *Uol*, 6 de maio de 2019.
45. “‘Trótski de direita’, diz ex-comandante do Exército sobre ataques de Olavo”, *Uol*, 6 de maio de 2019. É interessante notar a tentativa de recuperar a antiga linguagem do anticomunismo com sinais trocados para atacar a nova direita. No mesmo sentido, em nota de 26 de abril, o presidente do Clube Militar se referia ao “assalto de aventureiros ignorantes mancomunados em uma nova internacional extremista” e a uma nova “linha exótica de pensamento”. Ver Cel Sérgio Paulo Muniz Costa, “Desagravo e alerta” <[www.clubemilitar.com.br](http://www.clubemilitar.com.br)> e Marcelo Godoy, “Villas Bôas em cena é aviso contundente para rede bolsonarista”, *O Estado de S. Paulo*, 7 de maio de 2019.
46. “Villas Bôas: ‘Olavo de Carvalho presta enorme desserviço ao país’”, *O Estado de S. Paulo*, 7 de maio de 2019.
47. “Olavo ataca Villas Bôas: ‘Um doente preso a uma cadeira de rodas’”, *Metrópoles*, 8 de maio de 2019.
48. “Ministros militares saem em defesa de Moro: confiança e barbaridade hacker”, *UOL*, 10 de junho de 2019.
49. “‘Se tiver que ir para a guerra, levo Moro e Dallagnol comigo’, afirma Mourão”. *O Estado de S. Paulo*, 13 de junho de 2019.
50. “Ala militar do governo defende Moro, e Bolsonaro espera para se manifestar sobre mensagens vazadas”, *El País*, 11 de junho de 2019. Um pouco mais tarde, o general Heleno atacou o comportamento dos senadores que ouviram Moro na Câmara Alta. “Heleno compara audiência de Moro no Senado à inquisição”, *O Estado de S. Paulo*, 20 de junho de 2019.
51. “Ala garantista do STF quer declarar suspeição de Moro em processo de Lula”, *Folha de S.Paulo*, 13 de junho de 2019.
52. “Um general da ativa no centro da coordenação política”, *Piauí*, 13 de junho de 2019.



53. “Bolsonaro demite terceiro militar em uma semana”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de junho de 2019.
54. “Bolsonaro tira general da cúpula do governo e coloca nos Correios”, *O Estado de S. Paulo*, 20 de junho de 2019.
55. Ver “Na rota do isolamento”, publicação na página de Manuel Domingos Neto no Facebook, 15 de junho de 2019.
56. “Bolsonaro defende armar a população para evitar golpe de Estado”, *Folha de S. Paulo*, 15 de junho de 2019.
57. “Bolsonaro reage a Santos Cruz e diz que general é ‘página virada’”, *Época*, 20 de junho de 2019.
58. “Exército não vai ampliar participação no governo, diz general Etchegoyen”, *UOL*, 23 de junho de 2019.
59. “Bolsonaro rearranja relação com ala militar do governo”, *Folha de S. Paulo*, 29 de junho de 2019; “General que cuidou da segurança de Dilma por cinco anos será novo comandante do Sudeste”, *O Globo*, 21 de junho de 2019; e “Porta-voz de Bolsonaro fica fora de promoção à elite do Exército e vai para a reserva”, *Folha de S. Paulo*, 24 de junho de 2019. Os generais promovidos foram Valério Stumpf e Tomás Ribeiro Paiva.
60. Para os conflitos na oficialidade sob a ditadura militar de 1964-1985, ver MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EdUFScar, 1995 (2ª ed. no prelo, São Paulo: Alameda); e CHIRIO, Maud, *A política nos quartéis: revolta e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
61. “Exército enquadra tuítes políticos de militares da ativa”, *O Estado de S. Paulo*, 20 de julho de 2019. Ver *Boletim do Exército*, n. 28/2019, 12 de julho de 2019. Na reserva, a lei 7524/86 permitiu e regulamentou manifestações de opinião.
62. A matéria conclui com o exame de vinte perfis de oficiais da ativa que, apesar de prolixos no Twitter, não publicaram mensagens políticas. Ver “Exército enquadra tuítes políticos...”, *Op. cit.*
63. Para a história recente da militância desses setores, ver SANTOS, Eduardo H. de J., “Os grupos de pressão formados por militares da reserva e o pensamento anticomunista”, *Mediações*, 19 (1): 135-150, Jan./Jun. 2014; e a Tese de Doutorado do mesmo autor, “Extrema-direita, volver! Memória, ideologia e política dos grupos por civis e militares da reserva”, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. O tema da insatisfação dos militares da reserva e suas relações com a recente politização da ativa é fundamental. Exigiria um outro artigo.
64. “Reestruturação de carreira militar provoca divisão entre cúpula e base”, *O Estado de S. Paulo*, 19 de março de 2019.
65. “Para acalmar tropa, cúpula militar diz que salário de praça vai aumentar”, *O Estado de S. Paulo*, 19 de março de 2019.

66. “Sargentos, cabos e soldados criticam nova carreira e previdência dos militares”, *Senado Notícias*, 15 de abril de 2019.

67. Na mesma audiência, Vanderley Gonçalves, da Associação dos Militares das Forças Armadas de São Paulo (Amfaesp), afirmou que os cabos e soldados estariam “completamente esquecidos e jogados ao léu!”, citando diferenças gritantes nos vencimentos até 2023, que iriam de diminuição de 1,56% para terceiros sargentos, cabos e soldados a 30% (gerais). Para ele, a reestruturação proposta seria “inadmissível” porque “determinadas classes de sargentos, além dos cabos e soldados, estão tomando mais uma cacetada. Com o aumento das alíquotas, vão sofrer perdas salariais”. Já o subtenente André Calixto, também da Unifax, defendeu que as propostas do governo seriam “muito boas pra quem é de oficial superior para cima, no topo, tendo reajustes até superiores a 100%, enquanto um terceiro sargento será depreciado”. Idem.

68. Parte de um ciclo de debates sobre Previdência e trabalho proposto pelo presidente daquele colegiado, Paulo Paim (PT-RS). Então, dizendo reconhecer o avanço representado pela gratificação por cursos realizados, o citado segundo sargento Vanderley criticou o PL 1645/2019 por desconsiderar que os indivíduos de uma sociedade nem sempre possuem as mesmas condições sociais, econômicas e psicológicas para tirar proveito dele. Segundo ele, nos últimos 30 anos os militares foram impedidos de realizar cursos de aperfeiçoamento, ao contrário dos altos. Falando em nome de várias associações, outro dirigente propôs que “os cursos para fins de adicional de habilitação sejam definidos em lei, tanto para garantir o direito dos graduados, quanto para eliminar a disparidade dos altos estudos e o poder discricionário dos comandantes militares legislarem sobre essa questão”. Ver “Na CDH, militares demonstram receio com a reestruturação da carreira”, *Senado-Notícias*, 4 de junho de 2019.

69. Ver minha entrevista a Guilherme Pavarin, “Os militares estão num governo de opereta. Eles se submetem a constantes vexames”, diz pesquisador, *The Intercept*, 24 de junho de 2019.

70. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.89072614 – capitão da reserva remunerada da artilharia Jair Messias Bolsonaro. se122 ac. – Dossiê.

71. “Boletim Interno NR 162 – CMDO BDA INF PQDT”.

72. 19 Set. 86, Informe (A-1) INFE NR 1058/E2/CML). Os informes A-1 referem-se a fontes altamente confiáveis.

73. 16 NOV 87 – Documento (Estudo s/NR – AS-1 – CMEX).

74. 30 NOV 87 Boletim (BP NR 6 – EsAO).

75. 28 MAR 88 (Informe (A-1) (INFE NR 6/SI EsAO).

76. “Por não elidir as acusações que lhe foram feitas”. 6 abr. 88 Boletim (BRE NR 2 – SGEX).

77. 19 Abr. 88 Relatório (REL NR 153/SGE Procurador Geral da JM). Ainda assim, o SNI relatou nova reunião, agora no pátio do Palácio Duque de Caxias, entre “o nominado, um oficial e três praças”, 18 MAI 88 – Informe (A – 1) (INFE NR 23 – EsAO).
78. 16 Jun. 88 (Informe (A-1) INFE NR 32/SI EsAO).
79. 24 Jun. 88 Informe A-1 (NFE NR 131/ 1 D2 – CIE).
80. “Nota de esclarecimento – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – Cap. Jair Bolsonaro – 1987 – 15 de outubro de 2018”, Brasília, DF, 15 de outubro de 2018.
81. 29 Jul. 88 – Telex (TLX NR 2620/E2 – CML).
82. Ver Boletim de 28 de junho de 1989.
83. Para uma análise mais detida, ver meu artigo “As duas peles de Bolsonaro”, *Carta Maior*, 18 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Eleicoes/As-duas-peles-de-Bolsonaro/60/42090>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019. Para os resultados eleitorais: <[www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)>
84. “Reestruturação de carreira militar provoca...”, op. cit.
85. “Para acalmar tropa ...”, op. cit.
86. Para a página, os graduados não seriam mais vulneráveis a “manipulação” pela esquerda como teria ocorrido antes do golpe de 1964, pois “hoje a maior parte tem formação acadêmica, pós-graduação, mestrado etc.”. Ver publicação de 28 de abril de 2019.
87. “Medo de extinção! Esquerda busca abraçar os militares. Mas quais, base ou topo?”, *Sociedade Militar*, 13 de maio de 2019.
88. “Presidente da República participa de formatura de Sargentos da Marinha”. Ver: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, Marinha, 7 de junho de 2019.
89. “Escola de especialistas da Aeronáutica forma 141 novos sargentos”, Disponível em: <[www.fab.mil.br](http://www.fab.mil.br)>, 20 de junho de 2019.